

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, e o relatório dos auditores independentes



RTA-035-2023

Ribeirão Preto SP, 27 de janeiro de 2023.

À
Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico
São Carlos - SP

Atenção do Senhor **Dr. Bolívar Soares Mendjoud**
Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Pedimos a gentileza de nos encaminhar a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores**Ricardo Aurélio Rissi**
Diretor

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021,
e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos cooperados e administradores da
**Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico
São Carlos-SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, cujo relatório datado de 4 de fevereiro de 2022 não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 27 de janeiro de 2023.

Moore Prisma Auditores e Consultores
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
Contador - CRC 1SP137183/O-8

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante		122.125	104.588	Circulante		76.451	72.405
Disponível		223	379	13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		22.707	21.339
Realizável		121.902	104.209	Provisão para remissão		602	579
Aplicações financeiras	5	90.803	73.964	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		1.420	1.585
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		26.532	23.763	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		6.168	5.762
Aplicações Livres		64.271	50.201	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		14.517	13.413
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	9.715	7.630	Débitos de operações de assistência à saúde		5.688	4.674
Contraprestações pecuniárias a receber		3.932	2.779	Receita antecipada de contraprestações/prêmios		480	538
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		1.809	99	Operadoras de planos de Assistência à Saúde		5.205	4.128
Operadoras de planos de assistência à saúde		3.974	4.688	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		3	8
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		-	64	Débitos de operações assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora		1.190	1.296
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	7	3.267	1.399	Tributos e encargos sociais a recolher	14	6.813	4.738
Créditos tributários e previdenciários		7.913	5.959	Empréstimos e financiamentos a pagar	15	15.148	15.477
Bens e títulos a receber	8	9.975	14.756	Débitos diversos	16	24.326	24.572
Despesas antecipadas		49	227	Conta corrente com cooperados		579	309
Conta corrente com cooperados		180	274				
Não circulante		140.554	145.681	Não circulante		25.862	33.547
Realizável a longo prazo		10.465	14.732	13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		1.479	1.593
Aplicações Livres	5	4.804	9.268	Provisão para remissão		703	686
Depósitos judiciais e fiscais	9	5.661	5.464	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		776	907
Investimentos	10	6.222	5.169	Provisões		23.162	16.591
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		5.105	4.097	Provisões para Tributos Diferidos		575	601
Participações em outras sociedades		5.105	4.097	Provisões para Ações Judiciais	17	22.587	15.990
Outros investimentos		1.117	1.072	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	541	582
Imobilizado	11	120.560	121.651	Empréstimos e financiamentos a pagar	15	-	14.040
Imóveis de uso próprio		68.612	24.229	Débitos diversos	16	680	741
Hospitalares		58.757	17.787				
Não hospitalares		9.855	6.442	Patrimônio líquido	19	160.366	144.317
Móveis de uso próprio		35.487	16.430	Capital social integralizado		15.671	15.346
Hospitalares		21.521	7.908	Reservas:		125.174	95.177
Não hospitalares		13.966	8.522	Fundo de reserva		121.327	90.455
Imobilizações em curso		13.849	77.927	Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		1.039	1.863
Outras imobilizações: hospitalares		2.612	3.065	Reserva de reavaliação		808	859
Intangível	12	3.307	4.129	Reserva para contingência		2.000	2.000
				Sobras à disposição da AGO		19.521	33.794
Total do ativo		262.679	250.269	Total do passivo e do patrimônio líquido		262.679	250.269

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		434.929	398.730
Ingressos com operações de assistência à saúde		446.639	410.704
Ingressos de contraprestações líquidas/prêmios retidos		446.679	410.956
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(40)	(252)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(11.710)	(11.974)
Eventos indenizáveis líquidos	20	(380.357)	(305.945)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(379.253)	(305.216)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		(1.104)	(729)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		54.572	92.785
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		26	212
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		39.795	34.964
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	22	28.142	23.285
Outros ingressos/ receitas operacionais		11.653	11.679
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(467)	(184)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(10.780)	(12.422)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde	23	(7.783)	(12.509)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(1.920)	(1.548)
Provisão para perdas sobre créditos		(1.077)	1.635
Outros dispêndios/ despesas oper. de assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	24	(15.367)	(28.868)
Resultado bruto		67.779	86.487
Dispêndios/ despesas com comercialização		(1.642)	(1.713)
Dispêndios/ despesas administrativas	25	(49.870)	(45.088)
Resultado financeiro líquido	26	8.127	3.210
Ingressos/ receitas financeiras		13.232	7.162
Dispêndios/ despesas financeiras		(5.105)	(3.952)
Resultado patrimonial		516	300
Ingressos/ receitas patrimoniais		701	359
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(185)	(59)
Sobra antes da tributação e das participações		24.910	43.196
IRPJ	27	(3.067)	(2.980)
CSLL	27	(1.147)	(1.107)
Diferidos		27	26
Participações sobre o lucro		-	(1.929)
Sobra líquida do exercício		20.723	37.206
Utilização da RATES		1.863	2.299
Realização de reserva de reavaliação		78	78
Realização IN 20		-	(174)
Tributos diferidos sobre reavaliação		(27)	(27)
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal – 10%		(2.077)	(3.725)
RATES – 5%		(1.039)	(1.863)
Sobras à disposição da AGO		19.521	33.794

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



www.unimedsaocarlos.com.br
Rua Vicente Pelicano, 945
13571-000 - Azulville - São Carlos - SP
T. (16) 2107-7333



Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Sobra líquida do exercício	20.723	37.206
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>20.723</u>	<u>37.206</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de reavaliação	Fundo de reservas	Reserva para contingências	RATES	Sobras (perdas) à disposição da AGO	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	15.144	910	81.838	2.000	2.299	16.305	118.496
Deliberação da AGO de 17/03/2021:							
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(11.413)	(11.413)
Incorporação das sobras em Fundo de reservas	-	-	4.892	-	-	(4.892)	-
Integralização de capital	584	-	-	-	-	-	584
Baixas de capital	(382)	-	-	-	-	-	(382)
Adequação do saldo dos tributos diferido sobre a reavaliação	-	27	-	-	-	(27)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(78)	-	-	-	78	-
Realização do RATES	-	-	-	-	(2.299)	2.299	-
Amortização IN 20	-	-	-	-	-	(174)	(174)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	37.206	37.206
Constituição de Reserva para contingências - Ad Referendum	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas estatutárias:							
RATES	-	-	-	-	1.863	(1.863)	-
Fundo de reservas	-	-	3.725	-	-	(3.725)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2022	15.346	859	90.455	2.000	1.863	33.794	144.317
Deliberação da AGO de 23/03/2022:							
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Incorporação das sobras em Fundo de reservas	-	-	28.794	-	-	(28.794)	-
Integralização de capital	517	-	-	-	-	-	517
Baixas de capital	(192)	-	-	-	-	-	(192)
Adequação do saldo dos tributos diferido sobre a reavaliação	-	27	-	-	-	(27)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(78)	-	-	-	78	-
Realização do RATES	-	-	-	-	(1.863)	1.863	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	20.723	20.723
Constituição de Reserva para contingências - Ad Referendum	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas estatutárias:							
RATES	-	-	-	-	1.039	(1.039)	-
Fundo de reservas	-	-	2.077	-	-	(2.077)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.671	808	121.326	2.000	1.039	19.521	160.365

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	502.583	474.608
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	862.852	702.016
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	11.184	5.053
(+) Outros Recebimentos Operacionais	15.096	13.234
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(265.782)	(234.995)
(-) Pagamento de Comissões	(207)	(197)
(-) Pagamento de Pessoal	(94.798)	(78.915)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(5.570)	(4.711)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(26.264)	(19.117)
(-) Pagamento de Tributos	(24.440)	(21.985)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(91)	(238)
(-) Pagamento de Aluguel	(910)	(753)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(1.038)	(1.245)
(-) Aplicações Financeiras	(882.681)	(697.639)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(59.029)	(78.148)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>30.905</u>	<u>56.968</u>
Atividades de investimentos		
(+) Recebimentos de Dividendos	6	3
(+) Outros Recebimentos das Atividades de investimento	37	204
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(6.203)	(31.559)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(4.580)	(5.954)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Intangível	(925)	(812)
(-) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(500)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(12.165)</u>	<u>(38.118)</u>
Atividades de financiamento		
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(511)	(610)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(17.640)	(16.765)
(-) Pagamento de Participação de Resultados	(682)	(1.273)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de financiamento	(63)	(282)
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(18.896)</u>	<u>(18.930)</u>
Variação líquida do caixa	<u>(156)</u>	<u>(80)</u>
Saldo disponível Inicial	<u>379</u>	<u>459</u>
Saldo disponível Final	<u>223</u>	<u>379</u>
Variação líquida do caixa	<u>(156)</u>	<u>(80)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa Trabalho Médico

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em São Carlos - SP, que contava com 528 cooperados no final de 2022 (516 em 2021), tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, que se proponham a associar serviços para o exercício da econômico-social sem finalidade lucrativa, exercendo seu papel na saúde suplementar como operadora de plano de assistência à saúde, no segmento de cooperativa médica, defendendo os profissionais de saúde no contexto deste mercado de trabalho.

A Cooperativa tem como atividade preponderante a comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas nas modalidades de valor determinado (preestabelecidos) e por serviços prestados (pós-estabelecidos), a serem atendidos pelos médicos associados e pela rede credenciada.

A Cooperativa conta com dois Hospitais com pronto atendimento 24 horas, centro cirúrgico, UTI, maternidade, diagnóstico por imagem, quatro laboratórios, um núcleo de atenção integral a saúde - Viver Bem, um Centro de Apoio a Crianças Viver Bem Pediátrico para atendimento especial para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Paralisia Cerebral (PC), Saúde Ocupacional Unimed (SOU) e o centro administrativo localizados no município de São Carlos, um Posto de atendimento na cidade de Descalvado, um Posto de atendimento na cidade de Ibaté para atendimento aos conveniados e particulares.

1.1 Impactos da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em 2022, com o avanço da vacinação, os casos de internação e de mortes da Covid-19 em todo o território nacional passam a cair. No início do ano, a cidade de São Carlos viveu uma nova onda da Covid-19, porém, o impacto maior foi nos atendimentos em pronto atendimento, não registrando o volume de internações em enfermaria e UTI, como havia ocorrido em 2021. Entretanto, os reflexos da pandemia ainda continuaram, principalmente no que se refere ao aumento de preço no mercado de insumos e medicamentos e, até mesmo, na falta de vários deles, o que impactou diretamente na sinistralidade e nas despesas da cooperativa.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 27 de janeiro de 2023.

b **Mensuração de valor**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c **Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de Reais, e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

d **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 11** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 13** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA, PEONA SUS e Ressarcimento ao SUS; e
- **Nota explicativa nº 17** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cooperativa para a gestão desses ativos financeiros. A Cooperativa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros”. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios Cooperativa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Cooperativa possui são classificados em duas categorias:

- *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Cooperativa ao custo amortizado incluem crédito de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e bens e títulos a receber.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Cooperativa classifica as aplicações financeiras e investimentos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Cooperativa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cooperativa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cooperativa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Cooperativa incluem débitos de operações assistência à saúde, débitos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, empréstimos e financiamentos a pagar e débitos diversos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Cooperativa possui são classificados na categoria:

- *Passivos financeiros ao custo amortizado*: após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado. As aplicações resgatáveis acima de 1 ano, estão classificadas no não circulante, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 521/2022, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j.1 Provisão para remissão

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS e posteriores alterações pela RN 462/2020. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue:

Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j.2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j.4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009 e posteriores alterações, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. Até 2013 ela foi constituída com base na RN 160 e posteriores alterações. A partir de setembro de 2014, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A provisão teve seu início em janeiro de 2008.

j.5 Outras Provisões

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as Operadoras e seus associados, e pelas Operadoras entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q **Capital social**

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

r **Apuração das sobras ou perdas**

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Cooperativa.

s **Novos pronunciamentos contábeis**

O Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras de planos de saúde, instituído pela RN n.º 472/2021, em vigor desde 1º de janeiro de 2022, revogado pela RN nº 528/2022 em 1º de junho de 2022, requer a adoção dos seguintes pronunciamentos:

IFRS	CPC	Pronunciamentos	Data de entrada em vigor ANS
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	1º/01/2022
IFRS 15	CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	1º/01/2022

▪ **CPC 06 R2 (IFRS 16)**

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

Para o exercício de 2022, a Cooperativa realizou o levantamento de todos os contratos de arrendamentos e concluiu que o saldo não é relevante para mensuração.

▪ **CPC 47 (IFRS 15)**

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador,

Em atendimento ao novo plano de contas, a Cooperativa modificou a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passando a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada. As modificações foram feitas a partir de janeiro de 2022, conforme apresentado a seguir:

• **Corresponsabilidade cedida**

<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>
3117	(-) Contraprestações de Corresponsabilidade cedida de assistência à saúde (i)	3.618.501
4116	Eventos/sinistros conhecidos ou avisados prestados por rede indireta (ii)	69.803.878

(i) Conforme o plano de contas instituído pela RN nº 528/2022, no grupo 3117 passaram a ser registrados apenas os saldos referentes a taxa de administração cobrada.

(ii) No grupo 4116 passaram a ser reconhecidos todos os saldos de despesa e recuperação de eventos e sinistros conhecidos ou avisados prestados os eventos prestados por rede indireta (de outras operadoras), saldos que até o exercício de 2021 eram registrados na 3117.

• **Corresponsabilidade assumida**

<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>
311112086	Taxa de administração (i)	-
411112184	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	(18.959.556)
411112284	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	(11.484)
411512084	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	(17.354.958)

(i) Até exercício de 2021, os saldos de contraprestações de corresponsabilidade assumida eram registrados integralmente no grupo 3111120X6, a partir de 2022 com base na modificação instituída, neste grupo permanece apenas a taxa de administração (se houver).

(ii) Os saldos anteriormente registrados no grupo 3111120X6, conforme descrito acima, passaram a ser registrados como redutores dos eventos/sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde, no grupo 411.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2022	2021
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)		
Santander - Fundo Saúde ANS RF	20.751	18.625
Banco BTG - FI / RF CP	3.729	3.303
Bradesco - FI / RF ANS	244	221
XP Investimentos - ANS FIM CP	1.808	1.614
Banco Safra - SAS - SAF ANS FI MM C	-	-
	26.532	23.763
Aplicações livres - circulante		
Fundo investimento	41.160	39.221
Aplicações em fundos de renda variável (ii)	1.636	5.868
CDB PLUS	15.852	4.444
CDB RDB	5.623	668
	64.271	50.201
	90.803	73.964
Aplicações livres - não circulante		
Fundo investimento (iii)	1.482	2.658
CDB RDB (iii)	3.322	6.610
	4.804	9.268

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas, conforme nota explicativa nº 13, são aplicações financeiras vinculadas a Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras, cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, de acordo com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 479/2022. A Operadora obteve da ANS, em junho de 2021, Autorização Prévia Anual (APA) para movimentação de ativos garantidores, nos termos regulamentados na RN 519/2022.
- (ii) As aplicações em fundos de rendas variáveis, são aplicações financeiras de alta liquidez com remuneração de, aproximadamente, 93% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (iii) As aplicações financeiras livres classificadas no ativo não circulante, são aplicações que tem como objetivo garantir a operação de financiamento junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme nota explicativa nº 15.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2022	2021
Contraprestações pecuniárias		
Plano individual	7.044	6.381
Plano coletivo	4.812	3.439
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	<u>(7.924)</u>	<u>(7.041)</u>
	<u>3.932</u>	<u>2.779</u>
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	2.328	553
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	<u>(519)</u>	<u>(454)</u>
	<u>1.809</u>	<u>99</u>
Operadoras de planos de assistência à saúde		
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	4.091	4.831
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	<u>(117)</u>	<u>(79)</u>
	<u>3.974</u>	<u>4.752</u>
	<u>9.715</u>	<u>7.630</u>

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2022	2021
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i)	2.601	1.674
Autogestão a receber (ii)	1.441	1.349
Outras contas a receber (iii)	177	24
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iv)	<u>(952)</u>	<u>(1.648)</u>
	<u>3.267</u>	<u>1.399</u>

- (i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimeds.
- (ii) Composto por valores a receber de convênios de auto-gestão.
- (iii) Substancialmente composto por glosas em discussão e outros créditos operacionais de prestação de serviço médico hospitalar.
- (iv) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

8 Bens e títulos a receber

Descrição	2022	2021
Estoque de materiais e medicamentos (i)	7.873	8.516
Títulos a receber	27	27
Outros créditos a receber		
Adiantamentos (ii)	1.353	5.903
Cheques a receber	887	699
Outras contas a receber	590	410
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(755)	(799)
	9.975	14.756

(i) Estoque de materiais e medicamentos distribuídos nas unidades de atendimento da Cooperativa conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2022	2021
Estoque matriz	276	1.368
Hospital Unimed São Carlos	1.745	6.274
UNILAB - Laboratório de Análises Clínicas	698	648
Estoque em poder de 3º - Santa Casa de São Carlos	97	135
Maternidade	-	4
NAPS	113	32
Unilab Ouro - Laboratório de Análises Clínicas	6	7
Hospital Unimed São Carlos Unidade II	4.912	22
Unifacil	2	-
Unimed Posto Descalvado	24	26
	7.873	8.516

(ii) Substancialmente composto por adiantamento de verbas salariais, adiantamento a fornecedores e adiantamentos a prestadores.

9 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	2022	2021
Depósitos judiciais cíveis (i)	3.441	3.272
Depósitos judiciais tributários (ii)	920	920
Depósitos judiciais - Multas Administrativas ANS	670	670
Depósitos judiciais atendimento clientes (i)	326	326
Deposito judicial (INSS) s/ produção dirigentes	202	203
Depósitos judiciais trabalhistas (i)	57	28
Baixa de título de beneficiário por depósito judicial	45	45
Créditos em discussão judicial	617	617
(-) PPSC - Créditos em discussão	(617)	(617)
	5.661	5.464

(i) Os depósitos judiciais foram feitos para fazer face a ações cíveis que estão em processo judicial. Foi constituída provisão para contingência no passivo não circulante no mesmo montante, conforme nota explicativa nº 17.

(ii) Em outubro de 2020, a Cooperativa, realizou a baixa de R\$ 1.566, o saldo foi convertido em redução do saldo devedor dos débitos parcelados pela Lei 11.941/09. O saldo remanescente está em discussão junto ao fisco para liberação de sua utilização.

10 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2022	2021
Participações em instituições reguladas		
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	1.597	1.497
Unimed Participações	1.359	1.196
Unicred São Carlos	1.464	709
Central Nacional Unimed	630	640
Federação Nordeste Paulista	55	55
Aliança Nacional Cooperativista	4	4
(-) Aliança Nacional Cooperativista	(4)	(4)
	5.105	4.097
Outros investimentos		
Fundo de investimento imobiliário	1.117	1.072
	1.117	1.072
	6.222	5.169

b Movimentação dos investimentos

Descrição	1º/1/2021	Adição	Ajuste a valor justo	31/12/2021	Adição	Baixa/ estorno	Ajuste a valor justo	31/12/2022
Participações em instituições reguladas								
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	1.497	-	-	1.497	100	-	-	1.597
Unimed Participações	1.156	40	-	1.196	163	-	-	1.359
SICOOB Unimais	709	-	-	709	755	-	-	1.464
Central Nacional Unimed	600	40	-	640	-	(10)	-	630
Unimed Federação Nordeste Paulista	55	-	-	55	-	-	-	55
	4.017	80	-	4.097	1.018	(10)	-	5.105
Outros investimentos								
Fundo de investimento imobiliário	1.051	-	21	1.072	-	-	45	1.117
	1.051	-	21	1.072	-	-	45	1.117
	5.068	80	21	5.169	1.018	(10)	45	6.222

11 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	2022		2021	
		Custo + reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	4.453	-	4.453	517
Edificações	4%	76.184	(12.026)	64.158	23.712
Instalações	4% a 12%	4.698	(3.101)	1.597	1.832
Máquinas e equipamentos	2% a 20%	30.732	(9.874)	20.858	7.252
Veículos	10% a 20%	472	(258)	214	378
Móveis e utensílios	3% a 12%	11.037	(5.341)	5.696	3.135
Computadores e periféricos	2% a 20%	15.942	(8.820)	7.122	4.036
Imobilização em curso (i)	-	13.849	-	13.849	77.724
Outras imobilizações	20%	10.455	(7.842)	2.613	3.065
		167.822	(47.262)	120.560	121.651

(i) O saldo está substancialmente composto pelos gastos da fase II do Hospital Unimed – Unidade II.

b Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/1/2021	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2021	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2022
Terrenos	517	-	-	-	517	-	-	3.936	4.453
Edificações	31.264	933	-	-	32.197	4.375	-	39.612	76.184
Instalações	4.635	19	-	-	4.654	-	(3)	47	4.698
Máquinas e equipamentos	12.218	2.586	(18)	-	14.786	2.149	(58)	13.855	30.732
Veículos	796	184	(76)	-	904	56	(488)	-	472
Móveis e utensílios	7.616	454	(7)	1	8.064	182	(382)	3.173	11.037
Computadores e periféricos	9.318	1.060	(85)	-	10.293	419	(10)	5.240	15.942
Imobilização em curso	46.934	31.028	(127)	(111)	77.724	2.523	(82)	(66.316)	13.849
Outras imobilizações	9.767	708	-	110	10.585	171	-	(301)	10.455
	123.065	36.972	(313)	-	159.724	9.875	(1.023)	(754)	167.822

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2021	Adição	Baixa	31/12/2021	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2022
Edificações	(7.291)	(1.194)	-	(8.485)	(2.865)	-	(676)	(12.026)
Instalações	(2.366)	(456)	-	(2.822)	(439)	2	158	(3.101)
Máquinas e equipamentos	(6.286)	(1.251)	3	(7.534)	(2.627)	36	251	(9.874)
Veículos	(494)	(77)	45	(526)	(73)	279	62	(258)
Móveis e utensílios	(4.216)	(715)	2	(4.929)	(964)	264	288	(5.341)
Computadores e periféricos	(5.103)	(1.238)	84	(6.257)	(2.336)	3	(230)	(8.820)
Outras imobilizações	(6.088)	(1.432)	-	(7.520)	(1.133)	-	811	(7.842)
	(31.844)	(6.363)	134	(38.073)	(10.437)	584	664	(47.262)

12 Intangível

	Taxa		2022	2021
Descrição	de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total
Software	20%	13.842	(10.535)	3.307
				4.129

a Movimentação do intangível

Descrição	1º/1/2021	Adição	Baixa	31/12/2021	Adição	Transferência	31/12/2022
Custo histórico	10.863	1.156	(2)	12.017	1.388	437	13.842
(-) Amortização acumulada	(6.155)	(1.734)	1	(7.888)	(2.300)	(347)	(10.535)
	4.708	(578)	(1)	4.129	(912)	90	3.307

13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para remissão (i)						
Provisão para remissão	602	703	1.305	579	686	1.265
	602	703	1.305	579	686	1.265
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (ii)						
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	1.420	776	2.196	1.585	907	2.492
	1.420	776	2.196	1.585	907	2.492
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iii)						
Cooperados	572	-	572	304	-	304
Serviços credenciados	4.791	-	4.791	4.405	-	4.405
intercâmbio	805	-	805	1.053	-	1.053
	6.168	-	6.168	5.762	-	5.762
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)						
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	14.517	-	14.517	13.413	-	13.413
	14.517	-	14.517	13.413	-	13.413
	22.707	1.479	24.186	21.339	1.593	22.932

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A Cooperativa, ciente das obrigações que cercam as Resoluções editadas pela ANS e suportada pelo parecer técnico atuarial, constituiu a provisão para remissão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias para custeio dos planos de assistência à saúde, correspondente a continuidade de cobertura de assistência à saúde a usuários dependentes em caso de falecimento do titular do plano.

- (ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas.
- (iii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (iv) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido contabilizados pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão com metodologia própria baseada em Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela ANS.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 451/2020, RN 227/2010, RN 392/2015, RN 393/2015 e alterações vigentes:

- Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 10.883 para 31 de dezembro de 2022 (R\$ 9.726 em 2021), multiplicado pelo fator $K=32,58\%$ que equivale a R\$ 3.546 (R\$ 3.169 em 2021) e;
- Margem de Solvência: Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Plano de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:
 - a.1 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:
 - Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 439.153 em dezembro de 2022 (R\$ 329.231 em 2021); e;
 - Modalidade de preço pós-estabelecido: R\$ 3.763 em dezembro de 2022 (R\$ 23.451 em 2021).
 - a.2 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:
 - Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 961.945 em dezembro de 2022 (R\$ 818.463 em 2021); e;
 - Modalidade de preço pós-estabelecido: R\$ 41.898 em dezembro de 2022 (R\$ 44.399 em 2021).

Em 14 maio de 2020 a Operadora protocolou, junto a ANS, Termo de Compromisso para Adoção Antecipada de Modelo Padrão de Capital Baseado em Riscos, conforme definido no §1º do Art. 14 da RN 451/2020, com redução da exigência da Margem de Solvência para 75%. Nesse contexto, o valor apurado é de R\$ 82.817 (R\$ 71.186 em 2021) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 151.905 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 135.865 em 2021), estando, portanto, suficiente em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

14 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2022			2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
INSS	2.461	-	2.461	1.846	-	1.846
PIS/COFINS/CSLL Retido	837	-	837	702	-	702
IRRF	1.192	-	1.192	967	-	967
IRPJ	325	-	325	24	-	24
ISS	731	-	731	334	-	334
COFINS	326	-	326	194	-	194
FGTS	659	-	659	528	-	528
CSLL	127	-	127	9	-	9
PIS	53	-	53	32	-	32
Outros impostos e taxas	7	-	7	15	-	15
Tributos federais – PERT PIS/COFINS (i)	95	541	636	87	582	669
	6.813	541	7.354	4.738	582	5.320

- (i) A Cooperativa aderiu ao pedido de parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a Lei 13.946, de 24 de outubro de 2017 (PERT), cujo saldo líquido das antecipações foi consolidado em dezembro de 2018 e seu valor residual foi dividido em 145 parcelas mensais. O saldo devedor está devidamente atualizado pela taxa Selic até 31 de dezembro de 2022.

15 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	2022		2021	
		Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	Dezembro de 2023	16.563	16.455	14.862	31.317
(-) Juros a apropriar	-	(1.415)	(978)	(822)	(1.800)
		15.148	15.477	14.040	29.517

As garantias são avalistas, alienação fiduciária de títulos de crédito e bens móveis. Os encargos são os normais de mercado para as modalidades.

16 Débitos diversos

Descrição	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	11.630	10.631
Obrigações com pessoal	11.887	11.285
Parcelamento PGFN (i)	-	1.608
Multas administrativas parceladas	115	130
Outros débitos a pagar	694	918
	24.326	24.572
Não circulante		
Multas administrativas parceladas	680	741
	680	741
	25.006	25.313

- (i) O saldo é composto substancialmente pelo parcelamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN, referente ao arremate do imóvel da antiga Casa de Saúde de São Carlos na cidade de São Carlos no valor total de R\$ 19.028 em agosto de 2017. Foi pago o montante de R\$ 8.903 no ato da negociação e o restante dividido em 59 parcelas mensais. Os saldos foram liquidados em julho de 2022.

17 Provisões judiciais

Descrição	2022	2021
Contingência Cível (i)	7.427	7.000
Contingência tributária (ii)	11.487	7.298
Trabalhistas/indenizatórias (iii)	1.981	185
Outras contingências (iv)	203	203
Multas Administrativas ANS (v)	1.489	1.304
	22.587	15.990

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

- (i) Composto por ações indenizatórias movidas por beneficiários e prestadores de serviço. Enfatizando a ação indenizatória do processo 0002096-46.2017.8.26.0566 em face do exequente Espólio de C.E.F. que acusa estar impossibilitado de exercer seu ofício ou profissão. Para esse caso específico foi feito depósito judicial no montante de R\$ 2.134 classificados no ativo não circulante, conforme nota explicativa nº 9.
- (ii) A operadora reconhece contabilmente obrigações tributárias em 100% referente aos tributos discutidos judicialmente, sem a aplicação do prognóstico da assessoria jurídica quanto a possibilidade de perda, de acordo com a RN 528/2022.

- (iii) Composto por ações indenizatórias movidas ex-empregados e provisão relacionada ao processo de piso salarial da enfermagem, constituída por prudência a partir de agosto de 2022, a Operadora passou a provisionar devido à manutenção da Liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a suspensão da legislação específica.
- (iv) As outras contingências correspondem aos valores de INSS sobre a produção paga aos cooperados que possuem cargo de administração na Cooperativa cuja exigibilidade está sendo questionada judicialmente e para qual há depósito judicial efetuado na totalidade da provisão conforme nota explicativa nº 9.
- (v) Referem-se aos valores de multas administrativas aplicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e que estão em discussão, cobertos parcialmente por depósito judicial de R\$ 670, conforme nota nº 9.

18 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações passivas no montante de R\$ 3.632, conforme demonstrado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cíveis	2.943	2.756
Trabalhistas/indenizatórias	689	702
	<u>3.632</u>	<u>3.458</u>

A Administração da Cooperativa, com base no parecer da assessoria jurídica, que avaliou o risco de perda desses processos como sendo possível, não constituiu nenhuma provisão para perdas.

19 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, poderão ser atribuídos juros nunca superiores a 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobra no final do exercício com valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa continha o valor de R\$ 578 de capital a integralizar.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Fundo de reserva, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- Outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Reserva de reavaliação

Refere-se a reavaliação dos bens do ativo imobilizado registrado com base em laudo de peritos especializados. A realização da reserva de reavaliação (depreciação e baixa do ativo imobilizado) é registrada diretamente na sobra à disposição da AGO.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

Durante o exercício de 2021 foram amortizados o montante de R\$ 174 em contrapartida de sobras à disposição da AGO referentes aos valores residuais correspondentes aos pagamentos das obrigações legais relacionadas a IN 48.

Por decisão do Conselho de Administração o resultado das operações com terceiros não foi demonstrado e nem levado à conta da RATES, conforme determinação do Estatuto e legislação aplicável.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2022 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 19.521 conforme demonstração do resultado.

20 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	2022	2021
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados - contratos em pré-pagamento		
Consulta médica	(38.912)	(27.446)
Exames	(130.312)	(106.177)
Terapias	(9.160)	(6.820)
Internações	(131.933)	(101.038)
Outros atendimentos ambulatoriais	(32.761)	(2.834)
Demais despesas médicas hospitalares	(21.558)	(17.502)
Sistema Único de Saúde - SUS	(748)	(595)
	(365.384)	(262.412)
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados - contratos em pós pagamento		
Consulta médica	(2.529)	(7.209)
Exames	(3.754)	(13.590)
Terapias	(391)	(1.084)
Internações	(4.979)	(17.015)
Outros atendimentos ambulatoriais	(1.263)	(508)
Demais despesas médicas hospitalares	(849)	(3.189)
Sistema Único de Saúde - SUS	(104)	(209)
	(13.869)	(42.804)
Varição da provisão para eventos ocorridos e não avisados	(379.253)	(305.216)
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	(1.104)	(729)
	(1.104)	(729)
	(380.357)	(305.945)

21 Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido –Carteira de planos individuais/familiares após Lei 9.656/1998

Descrição	Consulta				Outros atendimentos	Demais despesas	Total
	Médica	Exames	Terapias	Internações			
Rede própria	2.665	29.910	1.897	31.297	8.608	3.095	77.472
Rede contratada	6.811	8.867	2.589	5.953	1.025	2.707	27.952
Reembolso	7	7	62	53	6	126	261
Intercâmbio eventual	1.715	6.644	173	8.035	818	1.233	18.618
	11.198	45.428	4.721	45.338	10.457	7.161	124.303

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2022 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

22 Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde

Descrição	2022	2021
Prestação de serviço com intercâmbio eventual	22.360	16.137
Prestação de serviço para Autogestão	10.519	10.907
	32.879	27.044
(-) Dedução de receitas com prestação de serviços	(4.737)	(3.759)
	28.142	23.285

23 Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde

Descrição	2022	2021
Assistência médica cooperado	(3.390)	(3.068)
Seguros a beneficiários	(1.102)	(999)
INSS Patronais	(321)	(337)
Gastos com capacitação para hospital II (i)	(2.074)	(7.572)
Provisão para contingência	(896)	(533)
	(7.783)	(12.509)

(i) Refere-se aos gastos administrativos do HUSC II (Hospital Unimed São Carlos Unidade II) em construção no valor de R\$1.751 (R\$ 7.135 em 2021).

24 Outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com os planos de saúde da operadora

Descrição	2022	2021
Prestação de serviços - Outros	(18.036)	(13.157)
Prestação de serviços para Autogestão	(7.420)	(8.748)
Serviços de remoção atendimento urgência e emergência	(4.421)	(4.281)
Despesa com empregados - Saúde Ocupacional Unimed	(1.146)	(1.645)
Produção de cooperados, contratados	(487)	(418)
Outras despesas com prestação de serviço e operacionais	299	(1.469)
Despesa com serviços de terceiros - Saúde Ocupacional Unimed	(192)	(200)
Medicina ocupacional - Intercâmbio	(54)	(42)
(-) Recuperação por reembolso do contratante (i)	14.932	-
(-) Dedução de despesas com prestação de serviços - outros	1.158	1.092
	(15.367)	(28.868)

(i) Conforme nota 4 s, refere-se à modificação feita pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) com relação ao reconhecimento das operações de corresponsabilidade cedida.

25 Dispêndios/ despesas administrativas

Descrição	2022	2021
Pessoal	(32.197)	(28.251)
Serviços de terceiros	(5.140)	(4.636)
Localização e funcionamento	(6.258)	(5.313)
Provisão para contingência	(598)	(194)
Publicidade e propaganda	(1.154)	(1.440)
Contribuições a confederações	(1.359)	(1.234)
Impostos e taxas diversas - Federal	(201)	(692)
Diversas	(2.963)	(3.328)
	<u>(49.870)</u>	<u>(45.088)</u>

26 Resultado financeiro líquido

Descrição	2022	2021
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	11.466	5.359
Juros e multa por recebimento em atraso	1.198	1.139
Atualização monetária	100	140
Descontos obtidos	455	516
Outros	13	8
	<u>13.232</u>	<u>7.162</u>
Dispêndios financeiros		
Juros e atualização	(4.243)	(3.162)
Despesas financeiras	(320)	(164)
Outros	(542)	(626)
	<u>(5.105)</u>	<u>(3.952)</u>
	<u>8.127</u>	<u>3.210</u>

27 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Sobras antes dos tributos	24.910	41.268
Adição/ exclusões		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(12.957)	(29.804)
(+) Adições	1.282	949
(-) Exclusões	(496)	(115)
Base de cálculo	<u>12.739</u>	<u>12.298</u>
Imposto de renda - 15%	(1.911)	(1.845)
Adicional do imposto de renda - 10%	(1.250)	(1.206)
Dedução PAT	77	55
Dedução FUMCAD/FMI	17	16
Imposto de renda	<u>(3.067)</u>	<u>(2.980)</u>
Contribuição social - 9%	(1.147)	(1.107)
Contribuição social - 9%	<u>(1.147)</u>	<u>(1.107)</u>

28 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 2/5 do total dos membros do Conselho de Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de três anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de 1/3 de seus membros. Para o Conselho Fiscal o mandato tem prazo de um ano podendo permanecer por quatro mandados consecutivos de 1/3 de seus integrantes.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

<u>Parte relacionada</u>	<u>Natureza da operação</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Conselho de Administração	Diárias/Honorários	2.384	2.210
Conselho de Administração	Cédula de presença	635	375
Conselho de Administração	Capital social	384	560
Conselho Fiscal	Cédula de presença	370	289
Conselho Fiscal	Capital social	230	144

29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

29.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

29.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2022	2021
Disponível		223	379
Aplicações financeiras	5	90.803	73.964
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	9.715	7.630
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	7	3.267	1.399
Bens e títulos a receber	8	9.975	14.756
Conta corrente com cooperados		180	274
		114.163	98.402

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

29.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possui, aproximadamente, 36% (33% em 2021) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

30 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos e participações	24.910	43.196
Ajustes		
Ajuste valor justo dos investimentos	(45)	(21)
Depreciações e amortizações	12.737	8.097
Resultado na alienação de bens	439	180
Provisão para perdas sobre créditos	290	(1.532)
Adequação do saldo dos tributos diferido sobre a reavaliação	(27)	(27)
Provisões para ações judiciais	6.597	6.009
Variação das provisões técnicas	1.144	981
Ajustes a valor de mercado	-	(5.359)
Outros ajustes e conciliações do resultado	(227)	(1.502)
	45.818	50.022
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações livres	(9.606)	8.497
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(2.769)	303
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(2.375)	465
Créditos de operações de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	(1.868)	1.241
Créditos tributários e previdenciários	(1.954)	461
Bens e títulos a receber	4.781	3.751
Despesas antecipadas	178	(207)
Conta corrente com cooperados	94	162
Depósitos judiciais	(197)	(215)
	(13.716)	14.458
Aumento (redução) nos passivos:		
Eventos/ sinistros a liquidar	110	(3.081)
Receita antecipada de contraprestações	(58)	255
Operadoras de planos de Assist. à Saúde, outros débitos de op.com planos de assistência	1.077	(334)
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	(4)	-
Débitos com operações de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	(106)	91
Tributos e encargos sociais a recolher	2.034	138
Débitos diversos	(306)	1.217
Conta corrente com cooperados	270	218
	3.017	(1.496)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	35.119	62.984
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.214)	(4.087)
Participações sobre o lucro	-	(1.929)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	30.905	56.968
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	30.905	56.968

31 Teste de adequação de passivo (TAP)

O Teste de Adequação de Passivo (TAP) foi estabelecido pela ANS com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020 e tem como fundamento estabelecer através de métodos financeiros, estatísticos e atuariais mensuração a valor presente, com estimativa nos fluxos de caixa futuros, com base nas receitas de contratos assumidos na operação de assistência à saúde serão suficientes para custear as despesas com os beneficiários do plano de saúde (pelo pagamento regular dos prestadores assistenciais). Essa projeção deve estar de acordo com as regras e parâmetros definidos nos itens 9.1.4, 10.12.2 e 10.12.2.1 anexo Capítulo I – Normas Gerais da RN 435/2018 e alterações vigentes. Essas estimativas e responsabilidade desses cálculos foram realizadas pelo atuário Denize Gomes do Rosário, Atuário MIBA 1.660. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Teste de adequação de passivo - TAP

Agregação de contratos utilizada no teste	Ajuste tábua na biométrica (sim ou não)	Taxa de cancelamento de contratos (valor em percentual)	Inflação Médica estimada para o primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste máximo estimado para os planos individuais no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste médio por variação de custos estimado para os planos coletivos no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Utilização das faixas etárias da RN 63/2003 para estimação das despesas assistenciais (sim ou não)	Método de interpolação da ETTJ utilizado	Estimativa corrente de fluxo de caixa na data-base (valor em milhares R\$)
Carteira individual	Não	0,30%	8,16%	15,50%	-	não	ETTJ / Inflação Implícita (IPCA) (%a.a./252)	(6.436)
Coletivo por adesão	Não	0,30%	8,16%	-	13,73%	Não	ETTJ / Inflação Implícita (IPCA) (%a.a./252)	(3.396)
Coletivo empresarial	Não	0,30%	8,16%	-	16,61%	Não	ETTJ / Inflação Implícita (IPCA) (%a.a./252)	3.680
Corresponsabilidade assumida em pré-pagamento	Não	0,30%	8,16%	-	16,61%	não	ETTJ / Inflação Implícita (IPCA) (%a.a./252)	(60)



www.unimedsaocarlos.com.br
Rua Vicente Pelicano, 945
13571-000 - Azulville - São Carlos - SP
T. (16) 2107-7333



32 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15° Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.